

## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| NOTA PRÉVIA   | 7  |
| PLANO DA OBRA   | 9  |
| CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO   | 11 |
| 1. Enquadramento geral da arbitragem  | 11 |
| 1.1. Noção geral de arbitragem voluntária   | 11 |
| 1.2. Panorâmica das fontes  | 13 |
| i) Fontes legais da arbitragem  | 13 |
| ii) Outras fontes relevantes na arbitragem  | 16 |
| 1.3. Vantagens e desvantagens da arbitragem   | 19 |
| 1.4. A arbitragem voluntária e a arbitragem necessária  | 24 |
| 1.5. A arbitragem institucionalizada e a arbitragem <i>ad hoc</i>                               | 27 |
| 1.6. Distinção da arbitragem relativamente a outros meios alternativos de resolução de litígios | 28 |
| CAPÍTULO II – TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM  | 33 |
| 2. A convenção de arbitragem  | 33 |
| 2.1. Noção de convenção de arbitragem   | 33 |
| 2.2. Modalidades da convenção de arbitragem   | 34 |
| 2.3. Conteúdo da convenção de arbitragem  | 35 |
| a) Critérios de arbitrabilidade   | 35 |
| b) Teor da convenção de arbitragem  | 39 |
| 2.4. Forma da convenção de arbitragem   | 41 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 2.5.  | Partes da convenção de arbitragem   | 42  |
| 2.6.  | Efeitos da convenção de arbitragem  | 44  |
| 2.7.  | Autonomia da cláusula compromissória  | 48  |
| 2.8.  | Natureza jurídica da convenção de arbitragem  | 49  |
| 3.    | Os árbitros e o tribunal arbitral   | 51  |
| 3.1.  | Constituição do tribunal arbitral. Considerações gerais   | 51  |
| 3.2.  | Requisitos dos árbitros   | 51  |
| 3.3.  | Natureza jurídica da relação jurídica dos árbitros<br>com as partes                                 | 57  |
| 3.4.  | Deveres e direitos dos árbitros   | 59  |
| 3.5.  | Composição do tribunal  | 61  |
| 3.6.  | Processo de designação dos árbitros   | 63  |
|       | a) Designação pelas partes  | 63  |
|       | b) Designação por outras entidades  | 63  |
| 3.7.  | Aceitação ou recusa do encargo  | 66  |
| 3.8.  | Recusa de árbitro   | 67  |
| 3.9.  | Incapacitação, inação e renúncia do árbitro   | 69  |
| 3.10. | Nomeação de árbitro substituto  | 70  |
| 3.11. | Responsabilidade dos árbitros   | 72  |
| 4.    | A competência do tribunal arbitral  | 73  |
| 4.1.  | A convenção de arbitragem e a competência dos tribunais<br>arbitrais                                | 73  |
| 4.2.  | A regra da <i>Kompetenz-Kompetenz</i>   | 74  |
| 4.3.  | Competência dos tribunais estaduais   | 84  |
| 5.    | Partes e terceiros  | 87  |
| 5.1.  | Noção de partes e de terceiros no processo arbitral   | 87  |
| 5.2.  | A intervenção de terceiros em processo arbitral   | 90  |
|       | a) Pressupostos. Modalidades de intervenção<br>(a intervenção espontânea e a intervenção provocada) | 90  |
|       | b) Procedimento   | 92  |
| 5.3.  | Vantagens e desvantagens da intervenção de terceiros  | 94  |
| 5.4.  | Os terceiros no processo arbitral   | 95  |
|       | a) A distinção entre os verdadeiros e os falsos terceiros   | 95  |
|       | b) Os falsos terceiros  | 95  |
|       | i) Transmissão da convenção de arbitragem   | 95  |
|       | ii) Extensão da convenção de arbitragem   | 97  |
| 6.    | Providências cautelares e ordens preliminares   | 100 |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 6.1. | As providências cautelares na arbitragem voluntária                          | 100 |
|      | a) Noção, características e modalidades                                      | 100 |
|      | b) Competência   | 108 |
|      | c) Pressupostos do decretamento de providências cautelares                   | 110 |
|      | d) A tramitação das providências cautelares                                  | 111 |
|      | e) Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares            | 114 |
| 6.2. | Ordens preliminares  | 117 |
|      | a) Noção e características   | 117 |
|      | b) Pressupostos da emissão da ordem preliminar                               | 118 |
|      | c) Regime específico de tramitação das ordens preliminares                   | 118 |
|      | d) Inobservância das ordens preliminares                                     | 121 |
| 7.   | O processo arbitral  | 122 |
| 7.1. | Considerações gerais   | 122 |
| 7.2. | Princípios e regras do processo arbitral                                     | 124 |
|      | a) Princípios jurídicos relevantes   | 124 |
|      | b) Regras supletivas   | 127 |
| 7.3. | O processo arbitral  | 128 |
|      | a) A língua utilizada no processo  | 128 |
|      | b) A notificação para arbitragem   | 129 |
|      | c) A ata de missão   | 130 |
|      | d) A petição inicial   | 131 |
|      | e) A contestação   | 132 |
|      | f) A reconvenção   | 132 |
|      | g) Outras peças processuais  | 133 |
|      | h) Audiências e processo escrito   | 133 |
|      | i) Os peritos  | 135 |
|      | j) A prova em processo arbitral. Questões específicas                        | 137 |
|      | i) Os meios de prova admitidos e os poderes conferidos ao tribunal arbitral  | 137 |
|      | ii) A intervenção dos tribunais estaduais na obtenção da prova               | 139 |
| 7.4. | A transação  | 140 |
| 7.5. | A tramitação do processo arbitral nos regulamentos dos centros de arbitragem | 142 |
| 8.   | A decisão arbitral   | 142 |
| 8.1. | Espécies de decisões arbitrais   | 142 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| a)    | Considerações gerais  | 142 |
| b)    | Decisões interlocutórias  | 144 |
| c)    | Decisões cautelares   | 144 |
| d)    | Sentença parcial e sentença final                                     | 145 |
| e)    | Sentença homologatória  | 146 |
| f)    | Sentença adicional  | 147 |
| 8.2.  | Natureza jurídica da decisão  | 147 |
| 8.3.  | Decisão tomada por tribunal arbitral coletivo                         | 148 |
| 8.4.  | Prazo para proferir a decisão   | 150 |
| 8.5.  | Forma e conteúdo da decisão   | 151 |
| 8.6.  | Critérios de decisão  | 154 |
| a)    | Considerações gerais  | 154 |
| b)    | Direito constituído   | 155 |
| c)    | Equidade  | 156 |
| d)    | Composição das partes na base do equilíbrio<br>dos interesses em jogo | 158 |
| 8.7.  | Recorribilidade da decisão  | 161 |
| 8.8.  | Encerramento do processo  | 164 |
| 8.9.  | Retificação e esclarecimento da sentença                              | 165 |
| 8.10. | Efeitos da sentença   | 167 |
| 8.11. | A publicidade da decisão arbitral                                     | 167 |
| 9.    | A anulação da decisão arbitral  | 168 |
| 9.1.  | Enquadramento geral   | 168 |
| 9.2.  | O tribunal competente   | 173 |
| 9.3.  | O prazo para pedir a anulação   | 173 |
| 9.4.  | A tramitação  | 176 |
| 9.5.  | Os efeitos da anulação da decisão na convenção<br>de arbitragem       | 177 |
| 9.6.  | A anulação parcial da decisão   | 178 |
| 9.7.  | Os fundamentos de anulação da decisão arbitral                        | 178 |
| a)    | Enquadramento geral   | 178 |
| b)    | Fundamentos invocados e provados pelas partes                         | 179 |
| c)    | Fundamentos de conhecimento oficioso                                  | 184 |
| d)    | Possibilidade de retoma do processo pelo tribunal<br>arbitral         | 191 |
| e)    | Apreciação crítica  | 192 |
| 10.   | A execução da decisão arbitral  | 194 |

|   |         |
|---|---------|
| 10.1. A decisão arbitral como título executivo  | 194     |
| 10.2. O tribunal competente   | 195     |
| 10.3. A instrução do processo   | 196     |
| 10.4. A execução da decisão arbitral impugnada  | 196     |
| 10.5. A liquidação de sentença arbitral genérica  | 199     |
| 10.6. Os fundamentos de oposição à execução   | 200     |
| a) Elenco   | 200     |
| b) Relevância do caso julgado relativo à anulação da sentença arbitral  | 201     |
| c) Fundamentos relativamente aos quais se verifica o efeito preclusivo do decurso do tempo                            | 201     |
| d) Outros fundamentos previstos na lei geral de processo aplicável  | 204     |
| 10.7. A execução da decisão arbitral e as formas de controlo da decisão pelo tribunal estadual                        | 204     |
| 11. A natureza jurídica da arbitragem   | 205     |
| <br>CAPÍTULO III – ARBITRAGEM INTERNACIONAL   | <br>209 |
| 12. O conceito de arbitragem internacional  | 209     |
| 12.1. Considerações gerais  | 209     |
| 12.2. A noção de “interesses do comércio internacional”   | 211     |
| 12.3. O lugar da arbitragem   | 214     |
| 12.4. As regras da Lei da arbitragem voluntária aplicáveis à arbitragem internacional                                 | 216     |
| 13. A convenção de arbitragem   | 219     |
| 13.1. Considerações gerais  | 219     |
| 13.2. A capacidade das partes   | 220     |
| 13.3. A lei aplicável à validade da convenção de arbitragem   | 222     |
| 13.4. A lei aplicável à forma da convenção de arbitragem  | 223     |
| 13.5. Os limites à impugnação e à execução da decisão arbitral em função da lei reguladora da convenção de arbitragem | 224     |
| 14. As regras aplicáveis para regular o fundo da causa  | 226     |
| 14.1. As regras de Direito escolhidas pelas partes  | 226     |
| 14.2. A equidade  | 228     |
| 14.3. As regras aplicáveis na falta de escolha pelas partes   | 230     |
| 14.4. A relevância das estipulações contratuais das partes e dos usos comerciais                                      | 232     |

|   |     |
|---|-----|
| 15. As regras processuais aplicáveis  | 233 |
| 16. Formas de reação à decisão arbitral internacional                                       | 234 |
| 16.1. A recorribilidade da decisão  | 234 |
| 16.2. A anulação da decisão   | 236 |
| 17. A arbitragem de investimento. Breve enquadramento                                       | 240 |
|   |     |
| CAPÍTULO IV – O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO<br>DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS          | 247 |
| 18. Considerações gerais  | 247 |
| 19. O tribunal competente e a tramitação do processo  | 254 |
| 20. Fundamentos de recusa do reconhecimento e execução                                      | 256 |
| 20.1. Os fundamentos previstos na lei interna e os previstos<br>na Convenção de Nova Iorque | 256 |
| 20.2. Os fundamentos invocados e provados pelas partes                                      | 258 |
| 20.3. Os fundamentos de conhecimento oficioso   | 270 |
| 20.4. Apreciação final  | 277 |
|   |     |
| BIBLIOGRAFIA  | 281 |
|   |     |
| PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS  | 293 |